

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 122, DE 2017

Sugere a realização de audiência pública para debater sobre a regionalização do orçamento público brasileiro e sua função de reduzir desigualdades interregionais.

Autora: ASSOCIAÇÃO DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO
NORDESTE DO BRASIL

Relatora: Deputada PROFESSORA
GORETH

I - RELATÓRIO

A Sugestão nº 122, de 2017 sugere a realização de audiência pública para debater sobre a regionalização do orçamento público brasileiro e sua função de reduzir desigualdades interregionais.

De acordo com a justificação, os autores argumentam que a desigualdade entre regiões se mantém ainda por fatores econômicos, sociais e na distribuição assimétrica de recursos para o financiamento de atividades produtivas e de obras de infraestrutura relevantes para o Nordeste.

Tendo em vista que eles defendem a implantação de um Projeto Nacional e de Planos Regionais de Desenvolvimento, consideram necessário que o orçamento nacional seja melhor discutido e democratizado com a sociedade brasileira.

É o relatório.



II - VOTO DA RELATORA

A iniciativa deve ser apoiada e aplaudida. Criar condições para o Orçamento da União passar a constituir um documento conhecido e aprovado pela sociedade brasileira é, talvez, uma das mais nobres tarefas da Comissão de Legislação Participativa. Qualquer iniciativa de democratização do debate político, se não for acompanhada da imediata participação da sociedade na definição da aplicação dos recursos públicos, será inútil, na melhor das hipóteses.

A audiência pública sugerida pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil oferecerá, sem dúvida alguma, oportunidade para os Parlamentares conhecerem não apenas os problemas característicos de suas regiões de origem, uma obrigação fundamental de nossa atividade política, mas também ter contato com a forma como esses problemas interferem uns nos outros, criando dificuldades para o desenvolvimento nacional equilibrado e justo.

Como bem lembrou a Associação proponente, a desigualdade é um problema marcante de nosso País. Embora o Brasil esteja entre os países de produto interno bruto mais alto, nossos índices de desigualdade socioeconômica deixam a desejar, com níveis equivalentes aos de países mais pobres.

Temos diversas frentes a atacar: a falta de acesso à educação de qualidade, a política fiscal injusta, os baixos salários, os entraves burocráticos para a utilização dos serviços públicos mais básicos, como saúde, transporte e saneamento básico. Avançar sobre essas questões é fundamental e o Poder Público deve assumir seu papel de investir e de oferecer as melhorias necessárias para a população.

Adicionalmente ao trazido pela Associação proponente, propomos que a audiência pública reúna representantes de todas as Regiões brasileiras.

Em vista do que foi exposto, votamos **pela aprovação** da Sugestão nº 122, de 2017.



Sala da Comissão, em 12 de setembro de 2023.

Deputada PROFESSORA GORETH
Relatora

2023-13944



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Da Sra. PROFESSORA GORETH)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a regionalização do orçamento público brasileiro e sua função de reduzir desigualdades interregionais.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública com o tema: regionalização do orçamento público brasileiro e a redução das desigualdades interregionais, com a participação de representantes de todas as Regiões brasileiras, a serem indicados posteriormente.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de requerimento de audiência pública decorrente de sugestão encaminhada à Comissão de Legislação Participativa pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil para que se realizasse audiência pública para debater sobre a regionalização do orçamento público brasileiro e sua função de reduzir desigualdades interregionais.

Entendemos que a audiência pública sugerida oferecerá, sem dúvida alguma, oportunidade para os Parlamentares conhecerem não apenas os problemas característicos de suas regiões de origem, uma obrigação fundamental de nossa atividade política, mas também ter contato com a forma como esses problemas interferem uns nos outros, criando dificuldades para o desenvolvimento nacional equilibrado e justo.



Como bem lembrou a Associação proponente, a desigualdade é um problema marcante de nosso País. Embora o Brasil esteja entre os países de produto interno bruto mais alto, nossos índices de desigualdade socioeconômica deixam a desejar, com níveis equivalentes aos de países mais pobres.

Temos diversas frentes a atacar: a falta de acesso à educação de qualidade, a política fiscal injusta, os baixos salários, os entraves burocráticos para a utilização dos serviços públicos mais básicos, como saúde, transporte e saneamento básico. Avançar sobre essas questões é fundamental e o Poder Público deve assumir seu papel de investir e de oferecer as melhorias necessárias para a população.

Diante disso, contamos com o apoio dos nobres Pares.

Sala da Comissão, em 12 de setembro de 2023.

Deputada PROFESSORA GORETH
Relatora

2023-13944

